

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ Instituída pela Lei nº 10.425, de 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN COORDENADORIA DE MATEMÁTICA – COMAT	
	CURSO: Matemática	
Grau Acadêmico: Licenciatura	Turno: Noturno	Currículo: 2019

Unidade curricular: Seminários de Prática Pedagógica		
Natureza: Obrigatória	Unidade Acadêmica: DEMAT	Período: 2º
Carga Horária (em hora e em hora-aula):		
Total: 36h/a – 33h	Teórica: 0ha/0h	Prática: 36ha/33h
Pré-requisito: não há	Correquisito: Não há	
Docente Responsável: Romélia Mara Alves Souto		

EMENTA
<p>Educação para as Relações étnico-raciais; Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; Políticas de Educação Ambiental; Educação matemática inclusiva: discussão acerca do que é deficiência e de como foi abordada ao longo do tempo; Significados da inclusão de pessoas com deficiência; Perspectivas da inclusão escolar e da adaptação curricular; O papel do intérprete de Libras; Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos pedagógicos, filosóficos, históricos, antropológicos, ambiental-ecológicos, psicológicos, linguísticos, sociológicos, políticos, econômicos, culturais; Educação e cultura escolar brasileiras; valores estéticos, políticos e éticos na atual LDB; a formação e o exercícios profissional do educador matemático; Fundamentos históricos, filosóficos, sociais e políticos das tendências pedagógicas na educação matemática.</p>
CRONOGRAMA
<p>16/08: Introdução aos Seminários de Prática Pedagógica; Apresentação do Plano de Ensino; Apresentação da metodologia de trabalho na disciplina e dos instrumentos de avaliação.</p> <p>23/08: Live “A BNCC e a construção de currículos à luz da inclusão escolar” (Profa. Maria Teresa Montoan – UNICAMP) – disponível no Canal Matemática Humanista.</p> <p>30/08: Live “200 anos de educação especial e educação inclusiva” (Profa. Diléia Aparecida Martins Briega – UFSCAR) – disponível no Canal do Bicentenário.</p> <p>06/09: Discussão das lives dos dias 23 e 30/08 e elaboração de resumo analítico.</p> <p>13/09: Seminário por vídeo-conferência: “Reflexões sobre a prática pedagógica em Matemática” (Profa. Stefânia Efigênia Izá – Colégio Losango e UFLA)</p>

20/09: Discussão dos temas abordados pela Profa. Stefânia e elaboração de resumo analítico.

27/09: Seminário por vídeo-conferência “**Matemática criativa na prática**” (Profa. Adriana Santos Souza – Centro Juvenil de Ciência e Cultura de Vitória da Conquista/Ba)

04/10: Discussão do tema abordado pela Profa. Adriana Santos Souza e elaboração de resumo analítico.

11/10: Seminário por vídeo-conferência: “**Práticas Escolares e uso de abordagens diferenciadas no ensino de Matemática**” (Prof. Maximiliano Colper Soares de Oliveira – Rede de Estadual de Educação/SP)

18/10: Discussão dos temas abordados pelo Prof. Maximiliano e elaboração de resumo analítico.

25/10: Sessão plenária sobre os seminários já realizados.

01/11: Seminário: “**Rotinas e Práticas numa escola militar**” (Prof. Paulo Henrique Apipe Avelar de Paiva – Colégio Militar de Belo Horizonte)

08/11: Discussão dos temas abordados pelo Prof. Paulo Apipe e elaboração de resumo analítico.

22/11: Seminário por vídeo-conferência: “**Saberes indígenas e matemática escolar: aprendizados com os Guarani e os Tupinikin do ES**” (Profa. Cláudia Alessandra Costa de Araujo Lorenzoni – IFET/ES)

29/11: Discussão dos temas abordados pela Profa. Cláudia Lorenzoni e elaboração de resumo analítico.

06/12: Live: “**Projeto Qual é a graça? Transdisciplinaridade e educação humanista contra o racismo**” (Prof. Luiz Henrique Rosa – EM Herbert Moses/RJ) – disponível no Canal Matemática Humanista.

13/12: Discussão dos temas abordados pelo Prof. Luiz Henrique Rosa e elaboração de resumo analítico.

20/12: Encerramento e avaliação da disciplina.

OBJETIVOS

Refletir sobre as relações étnico-raciais no Brasil com vistas a uma educação para o reconhecimento e o respeito à diversidade; conhecer a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e refletir sobre o seu ensino; Conhecer as atuais políticas de Educação Ambiental e refletir sobre o papel da educação na construção de uma consciência planetária; Refletir sobre a noção de deficiência e os significados da inclusão social dos portadores de deficiência; conhecer as características e os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; refletir sobre possibilidades de aplicação de conhecimentos de outros campos ao campo da Educação; refletir sobre os valores estéticos, políticos e éticos expressos na LDB; conhecer os fundamentos das tendências pedagógicas e seus reflexos na Educação Matemática; refletir sobre a formação e o exercício profissional do Educador Matemático.

METODOLOGIA

O conteúdo proposto será desenvolvido por meio de seminários seguidos de discussões plenárias. Por meio dos debates a respeito dos temas abordados nos seminários, os alunos serão incentivados a dialogar com os pares expondo suas ideias e suas dúvidas. As sessões plenárias constituirão a instância onde temas de interesse e relevância para a formação do educador matemático deverão ser articulados para produzir conhecimentos no âmbito do

ensino de matemática no nível da educação básica. Os Seminários de Prática Pedagógica e as discussões plenárias deles decorrentes serão orientados de maneira a apoiar o processo formativo em curso, evidenciando a educação matemática como campo de estudos, de ensino, de pesquisa e de práticas educativas.

Por meio dos resumos analíticos, os alunos terão oportunidade de refletir sobre os conteúdos trabalhados e apresentar seus pontos de vista sobre os temas tratados nos seminários, de modo a ampliar sua compreensão acerca das atividades acadêmico-científicas e sua capacidade de lidar com os instrumentos apropriados para realização dessas atividades.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Após cada seminário assistido, o aluno deverá elaborar um resumo analítico onde deverá apresentar seus comentários/reflexões acerca do tema tratado. Cada resumo analítico entregue valerá 1,25 pontos (serão 8 resumos no total). A nota final será a soma das notas obtidas nessas avaliações. Será aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 6 e 75% de frequência às aulas.

Ao final do semestre, o aluno poderá fazer uma avaliação substitutiva, que constará da produção de um texto escrito sobre temas tratados durante o semestre. Essa avaliação terá o valor de 5 pontos. Caso seja favorável ao aluno, a nota obtida nessa avaliação deverá substituir as quatro menores notas obtidas nos formulários enviados, servindo assim, para elevar a sua média final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

[1] ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>

[2] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

[3] HERNANDEZ, Leila Leite. A África em sala de aula: visita a História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

[4] LOPES, Nei. Enciclopédia brasileira de diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2005.

[5] CUNHA, Manuela Carneiro (org.). A história dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

[6] JACOBI, Pedro (org.). Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade São Paulo: Annablume, 2000.

[7] BENJAMIM, César (org.). Diálogo sobre ecologia, ciência e política Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

[8] BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

[9] MANRIQUE, A. L. Desafios da Educação Matemática Inclusiva. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

[10] BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

[11] BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>

[12] FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direito à educação das pessoas com deficiência. In. Revista CEJ/conselho da justiça federal, centro de estudos judiciais. Brasília: CEJ, v. 8

n. 26, p. 27-35, jul./set. 2004, pg. 33. Disponível em:
<<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/621/801>>.
[13] MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [1] ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Pedagogia da diferença: a tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.
- [2] PAULI, Alcione, CAGNETI, Sueli de Souza. Trilhas literárias indígenas para a sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- [3] BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ANTUNES, Cláudia Pereira; MEINERZ, Carla Beatriz. "Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul". Revista Periferia, v.7 n.1 jan-jun 2015. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/21966/15945>
- [4] GUATTARI, Félix. As três ecologias. São Paulo: Papyrus, 1993.
- [5] BRASIL. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do sistema único de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- [6] BRASIL. Ministério da Educação. Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002991.pdf>>.
- [7] MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. trad. Windy Brazão Ferreira. Porto alegre: Artmed, 2003.
- [8] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos: Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>.
- [9] SÃO PAULO. Universidade de São Paulo. Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso? 2005. Disponível em: <http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.pdf>.

Assinatura do professor

Data ____/____/____

Assinatura do Coordenador

Data ____/____/____